

# Custos da recessão

Carrion Júnior

p 2

25 FEV 1992

Os custos econômicos e sociais dos dois anos de recessão provocada pelo atual Governo começaram a aparecer cada vez mais chocantes: as semelhanças com a maior recessão recente, a do período 1981/83, já não servem como parâmetro.

A queda hoje verificada no nível da atividade econômica, nível de emprego, e nível salarial, além de superar as marcas daquele triênio, ainda vem depois de um longo período de recessão dos governos anteriores, enquanto a recessão do 81/83 seguiu a um período de expansão econômica, em que a economia e a sociedade haviam acumulado gorduras para enfrentar a crise.

Nestes curtos dois anos, a atividade econômica paralisou nos patamares de 1989 com um crescimento zero; o desemprego já atingiu o número recorde de 10 milhões de trabalhadores, dos quais apenas 1/3 recebe o seguro-desemprego; e o salário real médio caiu 20%, o dobro dos anos 81/83. Além do mais, a recessão tem se mostrado ineficaz para reduzir o atual nível inflacionário de 20 a 25% que já nos acompanha desde outubro, enquanto os setores mais competitivos e os oligopolizados continuam liderando as taxas, ficando apenas atrás aquelas áreas diretamente vinculadas ao consumo popular, exatamente para onde não vale a indexação quase geral da economia, e que por consequência tiveram uma forte redução dos salários reais.

Mesmo que supuséssemos que a recessão se-

ria o único caminho para derrubar a inflação, este caminho hoje está esgotado. A recuperação fiscal do Estado e o aprofundamento do controle inflacionário são hoje indissociáveis da retomada do crescimento.

A elevada concentração de rendas no País não só sempre desaconselhou a prática de políticas recessivas, pelos elevados custos sociais que impõem, como é hoje o mecanismo de maior resistência à política de redução inflacionária via recessão, pela rigidez que opõe a esta política, por ser uma minoria que controla a maior fatia da renda nacional e se beneficia do processo.

Enquanto não houver uma retomada segura do crescimento, continuaremos, no plano externo, fora da rota dos investimentos, e será inviável, no plano interno, uma recuperação fiscal do Estado que retorne sua participação na carga tributária, que já esteve no patamar dos 30%, o que ainda ficaria abaixo da maioria dos países capitalistas do Primeiro Mundo.

O Governo escolheu um dos caminhos de mais alto custo social, que é a recessão, para chegar a uma inflação instavelmente "estabilizada" nos 20 a 25%. A partir de agora, se insistir nela, não só continuará equivocado como ineficaz e inútil. Agora é necessário que o combate à inflação caminhe junto com a retomada do desenvolvimento.

□ Carrion Júnior é economista e deputado federal pelo PDT/RS.